

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**EDITAL Nº 09/2024 DE CLASSIFICAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

Publicação do rol de leiloeiros públicos oficiais declarados classificados e credenciados, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Edital nº 05/2024, com vistas à realização de hastas públicas supervisionadas pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais - CGBAPC, para atuação nas circunscrições judiciárias especificadas a seguir.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Desembargador FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, acolhendo o resultado do sorteio realizado pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais - CGBAPC, instituído pela Portaria nº 07/2024, de 16 de fevereiro de 2024, nos termos dos itens 4 e 5 do Edital nº 05/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o rol dos leiloeiros públicos oficiais classificados, conforme o Edital de Credenciamento nº 05, de 17 de setembro de 2024, com base nos seguintes fundamentos:

1.1. O Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais - CGBAPC realizou a reunião prevista no subitem 5.1 do Edital de Credenciamento, convocando, com a devida antecedência, os leiloeiros habilitados para definir as circunscrições nas quais atuarão.

1.2. Diante da habilitação de cinco leiloeiros oficiais, conforme Termo de Habilitação publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 5 de novembro de 2024, o CGBAPC adotou as medidas necessárias para que o sorteio proporcionasse uma divisão equitativa das circunscrições judiciárias entre os credenciados, conforme previsto no subitem 5.2 do Edital.

1.3. Ao término do procedimento, foram definidas as seguintes circunscrições para atuação dos leiloeiros:

LEILOEIRO	CIRCUNSCRIÇÕES
ADRIANO SANTOS VENCESLAU DA SILVA	3ª, 10ª, 15ª e 16ª
CESAR AUGUSTO ARAGÃO PEREIRA	4ª, 8ª, 11ª e 17ª
DIOGO MATTOS DIAS MARTINS	1ª, 6ª, 12ª e 20ª
FLAVIO ALEXANDRE DA COSTA E SILVA	2ª, 9ª, 13ª e 18ª
PEDRO DANTAS VENCESLAU	5ª, 7ª, 14ª e 19ª

Art. 2º Após o prazo recursal previsto no item 6 do Edital de Credenciamento, convocar os leiloeiros públicos classificados e credenciados para assinarem o Termo de Credenciamento e Compromisso constante no Anexo III, conforme estabelecido no item 6.8 do Edital.

Publique-se.

Recife, 11 de novembro de 2024.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA Nº 159, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024.

Implementa o "PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE: conciliando gestão eficaz e cidadania" no âmbito da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, com o objetivo de garantir a excelência na prestação de serviços e o cumprimento de metas e indicadores de desempenho da prestação jurisdicional estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Desembargador FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral da Justiça é o órgão competente para orientar, disciplinar e fiscalizar os serviços judiciais e extrajudiciais em todo o Estado de Pernambuco;